

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

O Popular

Deputados querem poder na 'sobra' do duodécimo

.....

Deputados querem poder na 'sobra' do duodécimo

A Assembléia legislativa de Goiás (Alego) pode aprovar na primeira semana de trabalhos de 2025 um projeto de lei que busca aumentar as prerrogativas dos deputados estaduais em relação à destinação e execução de recursos pelo Executivo. Além das emendas impositivas, em que os parlamentares indicam parte do orçamento, a intenção agora é enviar valores próprios do duodécimo da Casa para fundos estaduais, driblando a conta centralizadora do governo estadual.

Os deputados realizam sessões extraordinárias a partir desta segunda-feira (13) e o projeto para incluir repasses diretamente aos fundos estaduais está apto a ser apreciado em segunda e última votação em plenário. O texto, de autoria do deputado Coronel Adailton (SD), prevê a inclusão de "recursos provenientes de devolução de duodécimo pela Assembléia" entre as opções de "receitas ordinárias" de cinco fundos das áreas de saúde e segurança pública.

Com a mudança, as devoluções de recursos do Legislativo deixariam de ficar sujeitas à gestão da Secretaria Estadual de Economia e até ao governador Ronaldo Caiado (UB), já que os fundos estaduais são regulados por lei específica e devem ser aplicados no financiamento de ações ou programas destinados às áreas determinadas.

Atualmente, parlamentares têm reclamado, nos bastidores, que os compromissos políticos firmados para o envio de recursos do duodécimo ao governo, por meio de acordeis costurados com o presidente da Casa, Bruno Peixoto (UB), nem sempre são integralmente cumpridos, já que a verba passa a ser gerida na conta centralizadora do Executivo, que eventualmente avalia outras prioridades.

Na justificativa, o texto aponta que propõe "alterações em um conjunto de leis que regem diversos fundos estaduais de modo a incluir como uma das fontes de receita desses fundos os recursos oriundos da devolução de duodécimo". O projeto busca refletir "o compromisso do Poder Legislativo com o fortalecimento da gestão pública e a ampliação dos serviços oferecidos à sociedade goiana".

Caso a mudança seja aprovada em plenário e sancionada pelo governador, a Alego passará a direcionar recursos ao Fundo Estadual de Saúde (FES); Fundo Estadual de Segurança Pública (FUNESP); Fundo Penitenciário Estadual (FUNPES); Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros Militar (FUNEBOM); e Fundo de Reaparelhamento e Aperfeiçoamento da Policia Militar (FREAP/PM).

"A nossa ideia é encurtar a burocracia. A gente tem uma dificuldade, que na verdade é da realidade política. São acordos políticos que uns são cumpridos e outros não são cumpridos, independente de qual setor em que ele é gerado ou onde ele tramita. Isso ocorre nos municípios, no estado, na própria Assembléia e em todos os cantos. O que a gente

está buscando é o cumprimento disso", afirma Adailton ao POPULAR.

"Tem ainda vários outros fundos, como o da Educação, que da maneira como está hoje, está muito bem e não precisaria da gente devolver, mas se alguma área está capenga, precisa de alguma coisa muito urgente e a Assembléia está com dinheiro livre, a gente combina com o governador, devolve diretamente para o fundo e aplica para o benefício público. A ideia principal é chegar na ponta", defende o deputado estadual.

PRERROGATIVA

"O formato de hoje é assim: vai para o bolo do estado. Aí quando chega no bolo do estado, ele vira uma verba só. A prioridade que aparecer passa a ser atendida. Digamos que volte R$ 2 milhões da Assembléia para o

Comando de Operações de Divisas, mas, quando chega no tesouro, vai para qualquer área. Nesse outro formato, a gente abraça um projeto e devolve o dinheiro para cumprir aquele projeto", argumenta Adailton.

A Alego já devolveu ao estado para, por exemplo, para auxiliar a construção do Complexo Oncológico de Referência de Goiás (Cora), duplicações de rodovias, pavimentações, compra de equipamentos e custeio de colégios militares, entre outros. O presidente da Casa, Bruno Peixoto (UB), encerrou o ano com um balanço de RS 400 milhões em caixa.

Apesar da argumentação do

autor da matéria, auxiliares do governo estadual consultados pela reportagem mostraram preocupação com o projeto proposto e já aprovado na ('omissão de Constituição e Justiça (CCJ) e em primeira votação. A avaliação entre integrantes da equipe de Caiado é de que a mudança podería possibilitar conflitos diretos entre os dois poderes, já que os deputados poderíam fazer acordos com secretários e driblar a liderança do próprio governador.

Adailton admite a interpretação contrária ao projeto, mas defende a ampliação das prerrogativas do Legislativo Estadual. "Pode ter essa avaliação, mas é

que o deputado estadual tem poucas prerrogativas, porque a Constituição Estadual veda praticamente tudo e praticamente todas as iniciativas são do Executivo. Enquanto o vereador tem bastante liberdade de iniciativa dentro do município dele e quem tem maior liberdade e às vezes não exerce é o Congresso Nacional. Pode até parecer que está entrando na esfera do Executivo, mas o nosso objetivo é auxiliar", diz o deputado.

"Tentar impor não dá certo. O nosso objetivo é fazer chegar na ponta e tratando como nós estamos fazendo, a verba vai chegar em quem mais necessita", completa Adailton.

Questionado, Peixoto apontou apenas que o projeto é "excelente" , mas que ainda são necessárias avaliações técnicas para confirmar o avanço da tramitação. "Estamos verificando a possibilidade legal", disse.

PAUTA

Os deputados retomam os trabalhos nesta segunda, em sessões extraordinárias, para avançar na tramitação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2025, que deixou de ser votado no último ano por conta da indefinição sobre as

regras de novas condições para renegociação de dívidas do estado junto ao governo federa 1.

Como antecipado pelo POPULAR. o governador Ronaldo Caiado ainda aguarda possíveis vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) para definir se ainda haverá interesse de migrar do Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

O presidente da República tem até esta segunda-feira (13) para publicara provável sanção das novas regras, com prováveis vetos parciais, e a pauta de votações na Alego não contará, ainda, com os projetos do governo para saída do RRF e adesão ao Propag. Peixoto aponta expectativa de que as duas matérias sejam encaminhadas já na terça-feira (14).

Além da LOA, que terá relatório votado na Comissão de Finanças na terça-feira, os deputa -dos já começaram a apreciar as propostas de planos de carreira da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS) e da Secretaria Estadual de Saúde (SES). A pauta também inclui o plano de cargos e salários dos servidores do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e projetos de autoria parlamentar.

Deputados querem poder na 'sobra' do duodécimo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA Projeto permite envio de recursos do Legislativo diretamente a caixa carimbado, visando driblar conta única do governo e garantir execução de compromissos políticos

Rubens Salomão
rubens.salomao@opopular.com.br

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) pode aprovar na primeira semana de trabalhos de 2025 um projeto de lei que busca aumentar as prerrogativas dos deputados estaduais em relação à destinação e execução de recursos pelo Executivo. Além das emendas impositivas, em que os parlamentares indicam parte do orçamento, a intenção agora é enviar valores próprios do duodécimo da Casa para fundos estaduais, driblando a conta centralizadora do governo estadual.

Os deputados realizam sessões extraordinárias a partir desta segunda-feira (13) e o projeto para incluir repasses diretamente aos fundos estaduais está apto a ser apreciado em segunda e última votação em plenário. O texto, de autoria do deputado Coronel Adailton (SD), prevê a inclusão de "recursos provenientes de devolução de duodécimo pela Assembleia" entre as opções de "receitas ordinárias" de cinco fundos das áreas de saúde e segurança pública.

Com a mudança, as devoluções de recursos do Legislativo deixariam de ficar sujeitas à gestão da Secretaria Estadual de Economia e até ao governador Ronaldo Caiado (UB), já que os fundos estaduais são regulados por lei específica e devem ser aplicados no financiamento de ações ou programas destinados às áreas determinadas.

Atualmente, parlamentares têm reclamado, nos bastidores, que os compromissos políticos firmados para o envio de recursos do duodécimo ao governo, por meio de acordos costurados com o presidente da Casa, Bruno Peixoto (UB), nem sempre são integralmente cumpridos, já que a verba passa a ser gerida na conta centralizadora do Executivo, que eventualmente avalia outras prioridades.

Na justificativa, o texto aponta que propõe "alterações em um conjunto de leis que regem diversos fundos estaduais de modo a incluir como uma das fontes de receita desses fundos os recursos oriundos da devolução de duodécimo". O projeto busca refletir "o compromisso do Poder Legislativo com o fortalecimento da gestão pública e a ampliação dos serviços oferecidos à sociedade goiana".

Caso a mudança seja aprovada em plenário e sancionada pelo governador, a Alego passará a direcionar recursos ao Fundo Estadual de Saúde (FES); Fundo Estadual de Segurança Pública (FUNESP); Fundo Penitenciário Estadual (FUNPES); Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros Militar (FUNEBOM); e Fundo de Reaparelhamento e Aperfeiçoamento da Polícia Militar (FREAP/PM).

"A nossa ideia é encurtar a burocracia. A gente tem uma dificuldade, que na verdade é da realidade política. São acordos políticos que uns são cumpridos e outros não são cumpridos, independente de qual setor em que ele é gerado ou onde ele tramita. Isso ocorre nos municípios, no estado, na própria Assembleia e em todos os cantos. O que a gente está buscando é o cumprimento disso", afirma Adailton ao POPULAR.

"Tem ainda vários outros fundos, como o da Educação, que da maneira como está hoje, está muito bem e não precisaria da gente devolver, mas se alguma área está capenga, precisa de alguma coisa muito urgente e a Assembleia está com dinheiro livre, a gente combina com o governador, devolve diretamente para o fundo e aplica para o benefício público. A ideia principal é chegar na ponta", defende o deputado estadual.

Carlos Costa



Deputados fazem entrega de cheque simbólico ao governador: recursos do duodécimo para construção do Cora

Fábio Lima



Deputado Coronel Adailton, autor da proposta: reduzir a 'burocracia'

PRERROGATIVA

"O formato de hoje é assim: vai para o bolo do estado. Aí quando chega no bolo do estado, ele vira uma verba só. A prioridade que aparecer passa a ser atendida. Digamos que volte R$ 2 milhões da Assembleia para o Comando de Operações de Divisas, mas, quando chega no tesouro, vai para qualquer área. Nesse outro formato, a gente abraça um projeto e devolve o dinheiro para cumprir aquele projeto", argumenta Adailton.

A Alego já devolveu ao estado para, por exemplo, para auxiliar a construção do Complexo Oncológico de Referência de Goiás (Cora), duplicações de rodovias, pavimentações, compra de equipamentos e custeio de colégios militares, entre outros. O presidente da Casa, Bruno Peixoto (UB), encerrou o ano com um balanço de R$ 400 milhões em caixa.

Apesar da argumentação do autor da matéria, auxiliares do governo estadual consultados pela reportagem mostraram preocupação com o projeto proposto e já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e em primeira votação. A avaliação entre integrantes da equipe de Caiado é de que a mudança poderia possibilitar conflitos diretos entre os dois poderes, já que os deputados poderiam fazer acordos com secretários e driblar a liderança do próprio governador.

Adailton admite a interpretação contrária ao projeto, mas defende a ampliação das prerrogativas do Legislativo Estadual. "Pode ter essa avaliação, mas é que o deputado estadual tem poucas prerrogativas, porque a Constituição Estadual veda praticamente tudo e praticamente todas as iniciativas são do Executivo. Enquanto o vereador tem bastante liberdade de iniciativa dentro do município dele e quem tem maior liberdade e às vezes não exerce é o Congresso Nacional. Pode até parecer que está entrando na esfera do Executivo, mas o nosso objetivo é auxiliar", diz o deputado.

"Tentar impor não dá certo. O nosso objetivo é fazer chegar na ponta e tratando como nós estamos fazendo, a verba vai chegar em quem mais necessita", completa Adailton.

Questionado, Peixoto apontou apenas que o projeto é "excelente", mas que ainda são necessárias avaliações técnicas para confirmar o avanço da tramitação. "Estamos verificando a possibilidade legal", disse.

PAUTA

Os deputados retomam os trabalhos nesta segunda, em sessões extraordinárias, para avançar na tramitação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2025, que deixou de ser votado no último ano por conta da indefinição sobre as regras de novas condições para renegociação de dívidas do estado junto ao governo federal.

Como antecipado pelo POPULAR, o governador Ronaldo Caiado ainda aguarda possíveis vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) para definir se ainda haverá interesse de migrar do Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

O presidente da República tem até esta segunda-feira (13) para publicar a provável sanção das novas regras, com prováveis vetos parciais, e a pauta de votações na Alego não contará, ainda, com os projetos do governo para saída do RRF e adesão ao Propag. Peixoto aponta expectativa de que as duas matérias sejam encaminhadas já na terça-feira (14).

Além da LOA, que terá relatório votado na Comissão de Finanças na terça-feira, os deputados já começaram a apreciar as propostas de planos de carreira da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS) e da Secretaria Estadual de Saúde (SES). A pauta também inclui o plano de cargos e salários dos servidores do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e projetos de autoria parlamentar.